

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.
Al. Barão de Limeira, 425, Campos Elísios, CEP 01202-900, São Paulo, SP

Presidente: LUIZ FARIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FARIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MEDEIROS E JUDITH BRITO

Editora executiva: ELIZABETH DE LUCENA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CÍZAR DE CARVALHO LEITE, MARCELO COLLIQ, JAMBO DE FREITAS, GILBERTO DRUMONDY, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CÉSIO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MEDEIROS, LUIZ FARIAS E OTAVIO FARIAS FILHO (secretário)

Diretoria executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), ADALBERTO FERNANDES (industrial/tecnologia), MURILLO BOSSAN (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (financeiro) e MIGUEL LONGO JUNIOR (planejamento)

Editoriais

editoriais@uol.com.br

Falta de critérios

Com escassa exigência de contrapartidas, governo patrocina negócios que não elevam vantagens comparativas do país

OTERMO política industrial em geral se refere a ações de governo destinadas a desenvolver cadeias produtivas de alto conteúdo tecnológico. O aumento da escala e a inovação são essenciais para que os novos setores sejam competitivos e se perezem. Para que esse processo funcione, é necessária a colaboração entre governo e setor privado. Mas sob quais critérios?

As experiências bem-sucedidas, especialmente de países asiáticos, em realizar políticas industriais apresentam aspectos comuns. O objetivo central foi o desenvolvimento de tecnologia própria, a partir do permanente incentivo à inovação e da formação de fortes grupos empresariais domésticos. Não se trata, contudo, de oferecer proteção e subsídios sem contrapartidas.

Os grupos empresariais tiveram de satisfazer rigorosos requisitos de desempenho, particularmente em termos de exportações, exposição à competição e gasto em pesquisa. Além disso, houve nesses países certa capacidade de voltar atrás em experiências malsucedidas e redirecionar depressa os recursos.

Nas políticas de alcance nacional, a manutenção da estabilidade de macroeconomia ocupa papel central. Deve-se evitar, por exemplo, a valorização cambial excessiva, que comprometa exportações. A demanda externa muitas vezes é determinante para gerar a escala necessária às novas atividades. Por fim, não é possível conceber um esforço nacional de desenvolvimento

sem grande avanço educacional.

A partir desses critérios, ficam claros os problemas com a atual política industrial brasileira. Em primeiro lugar há clara tendência ao reforço da atual estrutura produtiva em setores de baixa e média intensidade tecnológica e insuficiente foco na criação de novas vantagens comparativas.

Nesse sentido, o financiamento do BNDES para a formação de grandes grupos nacionais em setores tradicionais pode se mostrar incompatível com a definição de política industrial. Corresponde o risco de perenizar a estrutura atual, inclusive em termos de excessiva concentração setorial, num mundo em constante transformação tecnológica.

Decerto incentivar a formação de empresas líderes nos segmentos em que o Brasil já é competitivo pode trazer benefícios —ao facilitar a captura de valor nas respectivas cadeias, cada vez mais globais. Mas, mesmo sob esse prisma, é preciso priorizar.

A formação de um grande grupo pecuário, com bilhões em financiamento público, seria prioridade nacional? A mobilização do BNDES e do Banco do Brasil para a formação de um oligopólio nas telecomunicações seria adequada ao objetivo de desenvolvimento tecnológico?

Essas questões são ainda mais relevantes quando se sabe que parcela crescente —já superior a R\$ 100 bilhões, mais da metade— dos recursos do BNDES tem como contrapartida direta o endividamento extra do Tesouro, do qual os contribuintes são fiadores inadimplidos.

Parece haver certo voluntarismo nos bilionários emprestimos sem a devida clareza do que seria uma política condutora ao fortalecimento da economia nacional. Faltam, sobretudo, mecanismos transparentes de comunicação com a sociedade sobre os critérios por trás dessas escolhas.

Transparência na Justiça

DUAS NOTÍCIAS recentes dão mostras do momento de transição vivido pela Justiça brasileira, ainda marcada por privilégios e falta de transparência, mas capaz de lenta modernização em seu funcionamento administrativo.

De um lado, um exemplo de claro desperdício do dinheiro público. Até novembro de 2009, sobe-se agora, cerca de 5.000 servidores do Tribunal de Justiça de São Paulo estavam afastados de suas funções, por alegados problemas de saúde.

O número representa mais de 10% dos 45 mil funcionários da corte estadual. Uma investigação interna iniciada pelo TJ, ainda em curso, acarretou a volta imediata de mais da metade desses servidores ao trabalho.

O fato não destoa da imagem tradicional de uma Justiça que, até recentemente, nem sequer contava com estatísticas nacio-

nais consolidadas sobre o número total de seus funcionários.

Avanços em relação ao controle de gastos e maior transparência no funcionamento administrativo do Judiciário, por outro lado, têm sido alcançados desde a instalação, em 2005, do Conselho Nacional de Justiça.

Na sequência de outras iniciativas modernizantes, cabe saudar a publicação, na semana passada, da resolução do CNJ que obriga os tribunais de todo o país a tornarem públicas, na internet, suas respectivas execuções orçamentárias. A medida determina a implementação gradual, ao longo de 2010, da divulgação dos gastos efetuados, com discriminação de despesas com pessoal, investimentos e custeio.

A determinação certamente contribuirá para cobrir, no futuro, abusos como aqueles flagrados no tribunal paulista.



FERNANDO DE BARROS E SILVA

Fratura exposta

SÃO PAULO - Caso decida não respaldar a criação da Comissão da Verdade, o presidente Lula não estará apenas obrigado a aceitar a demissão do ministro Paulo Vannuchi. Deveria ainda extinguir a pasta dos Direitos Humanos, ou, quem sabe, anexá-la à Defesa, num gesto simbólico. Apetito não falta a Nelson Jobim, este político anfibio sempre a serviço de si mesmo, no momento empenhado em preservar a memória dos... torturadores.

Já foi dito, inclusive aqui, que o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos pretende abranger questões demais, que induz ao tratamento leviano de problemas delicados e vocaliza ansiosos autoritários. Isso não deve, porém, arrastar para o lixo o tópico sobre o regime militar. É preciso ir contra o autoritarismo da esquerda e o da direita.

A diretriz 23 do documento prevê a constituição de uma comissão "plural e suprapartidária, com mandato e prazo definidos, para examinar as violações de direitos humanos praticadas no contexto da repressão política".

FERNANDO RODRIGUES

Recordar é viver

BRASÍLIA - Apesar das excentricidades, o Programa Nacional de Direitos Humanos tem um aspecto central positivo: demandar a abertura de arquivos e buscar esclarecer o passado recente do país.

Como ensinou ontem Carlos Heitor Cony sobre a obscura ditadura militar (1964-1985), "todos temos o direito de saber como as coisas se passaram, quem fez isso e aquilo, quais as estruturas contaminadas pelo crime, como foi possível tanta tamanha degradação".

O problema é a megamania do PNDH. O plano propõe desde um certo controle da mídia até uma licença indevida com certos movimentos sociais. São ideias. Para o bem e para o mal, a tradição no Brasil é mais retórica do que prática.

Como a idade e a honestidade intelectual me obrigam a lembrar o que já vi, eis a seguir dois trechos de outro PNDH mais antigo:

1) "Apoiar (...) o controle democrático das concessões de rádio e TV, regulamentar o uso dos meios de comunicação social e coibir prá-

ticas contrárias aos direitos humanos. Garantir a (...) fiscalização da programação das emissoras de rádio e televisão, com vistas a assegurar o controle social sobre os meios de comunicação e a penalizar [sic], na forma da lei, as empresas de telecomunicação que veicularem programação ou publicidade atentatória aos direitos humanos".

2) "Adotar medidas destinadas a coibir práticas de violência contra movimentos sociais que lutam pelo acesso à terra. Apoiar [a criação de uma lei que condicione a outorga de posse] à comprovação da função social da propriedade".

Essas propostas não saíram de uma mente chavista ou subpreonista. São do PNDH de 13 de maio de 2002, assinado por Fernando Henrique Cardoso. Com 63 páginas, 22.947 palavras e 478 itens, tem tantas ideias polêmicas (para não dizer estapafúrdias) como o plano de Lula. Mas os tempos mudam. Mudam então as análises.

fernando.rodrigues@grupofolha.com.br

RUY CASTRO

O Brasil no chão

RIO DE JANEIRO - Em 2001, a cidade de Goiás (GO) encomendou ao pintor carioca Leonel Brainer, um dos últimos praticantes do realismo, uma série de quadros reproduzindo seu fabuloso casarão colonial. Em setembro daquele ano, deu-se uma exposição de 18 telas no principal museu local, eternizando a memória visual de Goiás.

Três meses depois, no dia 31 de dezembro, 15 horas de chuva fizeram transbordar o rio que corta a cidade, recém-reconhecida pela Unesco como patrimônio da humanidade. A enchente danificou todas as casas da parte baixa, inclusive a da poeta Cora Corina. O desastre só não foi irreversível porque, graças à conservação das plantas originais das casas e, possivelmente, aos quadros de Leonel —que capturam o espírito de Goiás de uma forma que a fotografia não seria capaz—, tudo pôde ser reconstruído nos anos seguintes. Foi sorte, mas já tinha havido previdência.

A paulista São Luiz do Paraitinga, também vítima de enchente no último dia 31, pode não ter sido bafada pela mesma sorte. A força da água reduziu a entulho cerca de 300 prédios de sua área histórica e desabrigou quase toda a população. É o Brasil de barro, tijolo e madeira que vai ao chão.

O Brasil que desaba sob os deslizamentos de terra e inundações em Angra dos Reis, na Ilha Grande e na Baixada Fluminense (RJ), em bairros de São Paulo e, agora, no Rio Grande do Sul, é de ferro, aço e concreto armado. Mas seus filhos morrem do mesmo jeito, vítimas da ambição e da fúria especuladora e expansionista de governantes e empreiteiros.

Quisera o Brasil que, a exemplo de Goiás, fúria equivalente, só que voltada para a previdência e preservação, se manifestasse em cidades como Paraty (RJ), Ouro Preto (MG) e outras, antes que o pior aconteça como em São Luiz do Paraitinga.

MARINA SILVA

Garantias, recursos e persistência

POUCOS TALVEZ tenham se dado conta, mas, desde o dia 1º de janeiro deste ano, está proibida a fabricação de clorofluorcarbonos (CFCs), que destroem a camada de ozônio —uma espécie de filtro dos raios ultravioletas emitidos pelo Sol— e contribuem substancialmente para o aquecimento global.

A proibição, de caráter mundial, é fruto do primeiro acordo ambiental multilateral, o Protocolo de Montreal, criado com o objetivo de abandonar a produção e consumo de substâncias que destroem a camada de ozônio (SDOs). Assinado em 1987 e ratificado por 195 países, o acordo não é só pioneiro em seus objetivos. Contou com recursos para os países mais pobres e teve metas e mecanismos diferenciados para desenvolvidos e em desenvolvimento. Um exemplo de sucesso de um esforço global em prol do ambiente e da vida no planeta.

O Brasil, que chegou a ser o terceiro maior consumidor mundial desses gases, instituiu em 1991 o Grupo de Trabalho do Ozônio para a implementação do protocolo no país. Desde então, as metas e diretrizes têm sido mantidas e cumpridas com êxito, apesar da alternância de governos, algo raro de acontecer. Se o compromisso for mantido, o país logo ficará 100% livre de CFCs e de outros gases danosos, contribuindo significativamente no esforço mundial para preservar a camada de ozônio.

O mesmo não aconteceu com o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores, o Proconve. Por mais de 20 anos, foi um projeto bem-sucedido no controle e na redução da poluição do ar nas cidades, beneficiando milhões de pessoas. Entretanto, a partir de 2006, em razão do descumprimento de prazos e diretrizes por parte, principalmente, de instituições públicas, deixou de ser uma experiência emblemática para ter futuro incerto e eficácia idem.

Esses dois exemplos são emblemáticos dos caminhos do poder público. O da perseverança e firmeza das decisões, ou do retrocesso e descaço com as gerações futuras e com o planeta.

Num e noutro caso, medidas devem ser tomadas agora para que sobrevivam e seus ganhos sejam sentidos nas próximas décadas. Imaginem se o Protocolo de Montreal ou o Proconve não existissem, como estaríamos?

Os compromissos com o meio ambiente não podem ser compartimentalizados, como se fossem o pequeno jardim de uma casa cercada de concreto armado por todos os lados. Tampouco reduzidos a promessas fugazes de horizontes eleitorais ou a reféns de interesses imediatistas. Trata-se de uma questão de Estado e, agora, no ponto em que estão as negociações climáticas globais, mais ainda precisamos de garantias, recursos e persistência.

contatamarinasilva@uol.com.br

MARINA SILVA escreve às segundas-feiras nesta coluna.

FRASES

MARCA
A rede [Al Qaeda] se parece mais com um sistema de franquia, uma espécie de McDonald's

OLIVER ROY
professor no Instituto Universitário Europeu de Florença (Itália) e especialista em terrorismo islâmico, ontem na Folha.

MODELO
O presidente Lula é construtor de caminhos de meio-termo. Mas, se não for possível, não posso ficar. Vou optar pelo caminho da Dona Lindu [mãe de Lula]: sempre de cabeça erguida

PAULOVANNUCHI
secretário nacional de Direitos Humanos, ao dizer que pedirá a comissão caso o Programa Nacional de Direitos Humanos passe a incluir a investigação de militares da esquadra armada durante a ditadura militar, ontem na Folha.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.